

Plano de Formação de Pessoal Docente – 2019-20

C758. Questões práticas de gestão e administração escolar - Relações laborais e Contratação Pública

Ação candidata a cofinanciamento pelo POCH - Portugal 2020 - FSE - Fundo Social Europeu

Cofinanciado por:



Modalidade / Horas

Curso, 25 horas

Área de formação

D - Administração escolar e administração educacional

Público-alvo

Educadores e Professores, com prioridade para Diretores e elementos da Direção dos Agrupamentos/Escolas Associados(as) no CFAE_Matosinhos.

Efeitos

Para efeitos do Artº 8º do RJFC - Regime Jurídico da Formação Contínua (Decreto Lei nº 22/2014, de 11 de Fevereiro) esta ação releva para efeitos de progressão na carreira de Educadores e Professores.

Para efeitos de aplicação do Artº 9 do mesmo RJFC esta ação não releva para efeitos de progressão na carreira de Educadores e Professores. (Ver nota).

Nota – Esta ação pode ser considerada relevante na dimensão científica e pedagógica para efeitos de progressão na carreira de Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, ao abrigo do estabelecido no Artº 3.º do Despacho n.º 779/2019, publicado em 18 de janeiro no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, com a nova redação que lhe é conferida pelo Artº 2º do Despacho nº 6851-A/2019, publicado em 31 de Julho no Diário da República, 2.ª série, n.º 145.

Formadores

A indicar

Calendários-horários / Local

Em calendário e horário a definir.

Razões justificativas da ação:

Problema / Necessidade de formação identificados

Com as alterações introduzidas na legislação do trabalho em funções públicas (LTFP) designadamente em matérias de tempos de não trabalho e no regime disciplinar, aliadas à crescente importância e complexidade das matérias de contratação pública, mormente no domínio da aquisição de serviços, assomam-se novos desafios aos órgãos e serviços de administração e gestão escolar. Neste sentido, esta ação visa dotar os formandos dos quadros normativos em matéria de contratação de pessoas, bens e serviços, colocando o enfoque na realidade da Escola e nos atos dos seus órgãos e agentes.

Efeitos e produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didáticos

- Identificar e compreender as alterações da LTFP (aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06), as regras orçamentais e de contratação pública em matéria de aquisição de serviços e os requisitos a que deve obedecer a elaboração de peças procedimentais na aquisição de bens e serviços.

- Análise das principais novidades da LTFP em matérias de tempos de não trabalho e regime disciplinar.
- Reconhecer e compreender as regras da aquisição de serviços, prévias à decisão de contratar.
- Reconhecer e compreender os requisitos formais e materiais das peças do procedimento em matéria de contratação de bens e serviços: Programa/Convite e Caderno de Encargos.

Conteúdos da ação

I. Férias, faltas e licenças na LTFP.

- 1.1. Duração e organização do tempo de trabalho.
- 1.2. Férias (direitos e duração).
- 1.3. Faltas (justificação e doença).
- 1.4. Licenças.

1.5. Subsídio de Natal e Férias.

II. O procedimento disciplinar do trabalhador em funções públicas.

- 2.1. Deveres do trabalhador: deveres gerais e deveres especiais de docentes e pessoal não docente.
 - 2.2. Conceito de infração disciplinar.
 - 2.3. Caducidade e prescrição (infração disciplinar, direito de instaurar procedimento disciplinar e procedimento disciplinar).
 - 2.4. Sanções disciplinares.
 - 2.5. Determinação da sanção disciplinar.
 - 2.6. Os procedimentos disciplinares.
 - 2.6.1 O processo disciplinar comum: instauração, instrução, defesa e decisão.
 - 2.6.2. Os procedimentos disciplinares especiais: inquérito e sindicância; averiguações; revisão e reabilitação.
 - 2.7. O professor instrutor.
 - 2.8. Garantias do trabalho em funções públicas.
- III. Como elaborar um Convite e um Caderno de Encargos no Ajuste Direto.

3.1. As peças procedimentais.

3.2. O cariz regulamentar e os elementos obrigatórios do convite.

3.3. Cláusulas jurídicas e especificações técnicas do Caderno de Encargos.

4. Regras para a aquisição de serviços pela Escola.

- 4.1. Noção e tipos de prestação de serviços.
- 4.2. Enquadramento e evolução legislativa.
- 4.3. Do Parecer Prévio à contratação.
 - 4.3.1. Âmbito de aplicação.
 - 4.3.2. Formalismo do pedido de Parecer – Exemplo prático.
 - 4.3.3. Comunicação de serviços.
- 4.4. Fiscalização e sanções.
- 4.5. O seu regime no CCP.

Plano de Formação de Pessoal Docente – 2019-20

C758. Questões práticas de gestão e administração escolar - Relações laborais e Contratação Pública

Ação candidata a cofinanciamento pelo POCH - Portugal 2020 - FSE - Fundo Social Europeu

Cofinanciado por:



Metodologia

- Distribuição de diferentes tipos de documentação produzida pelo formador no campo teórico e prático.
- Troca de experiências e construção de saberes em grupo.
- Utilização do método demonstrativo na resolução de trabalhos teóricos ou práticos sobre os conteúdos do plano da ação.
- Utilização do método interrogativo na avaliação de questões.
- Utilização do método expositivo na apresentação da estrutura legislativa aplicável.
- Intervenção permanente dos participantes, na colocação de questões pertinentes relativas às matérias teóricas ou práticas abordadas.
- Apresentação de estudos de caso e trabalho de grupo, privilegiando o debate e esclarecimento de dúvidas no final de cada sessão.

Avaliação

A avaliação dos formandos docentes nas ações do CFAE_Matosinhos é contínua, participada por todos os intervenientes. As dimensões de avaliação são: a participação e o trabalho individual, na modalidade curso, e, a participação, os resultados do trabalho autónomo e o trabalho individual nas modalidades oficina de formação, círculo de estudos e projetos. Para mais esclarecimentos sugere-se a consulta do Regulamento Interno do CFAE_Matosinhos – https://www.cfaematosinhos.eu/CFAE_Matosinhos_RI_2016_06%20Dez.pdf com especial atenção para o capítulo dedicado à Avaliação dos formandos docentes.

A avaliação da ação é feita através do preenchimento pelo formando de um documento que lhe é fornecido no primeiro dia. Elaboração de um relatório detalhado referente ao tratamento dos dados recolhidos.